



RHODE ISLAND JUDICIARY

TRIBUNAIS

LEIS DOS AMERICANOS COM INCAPACIDADES

RECURSOS PARA ADVOGADOS

INTÉRPRETES

RECURSOS PÚBLICOS

[| Buscar neste site...](#)

Termo de Exoneração de Responsabilidade TRIBUNAL DISTRITAL

Termo de Exoneração de Responsabilidade

- A utilização deste site é por seu próprio risco. O website é fornecido da forma "como estiver" ou "como estiver disponível". O Judiciário se exonera expressamente de todas as garantias de qualquer espécie em relação ao site (inclusive, sem limitação, o conteúdo e/ou serviços oferecidos) quer sejam expressas ou implícitas, inclusive as garantias implícitas de mercantilidade, de adequação para uma finalidade em especial e de não-infração de direitos.
- Os usuários deverão manter o Judiciário livre de quaisquer reivindicações em relação a prejuízos, danos, despesas ou responsabilidades que possam surgir ou estarem relacionadas com a utilização deste serviço da Internet do conteúdo do presente pelo usuário e seus sucessores, cessionários, funcionários, agentes, representantes ou quaisquer terceiros.
- Em nenhum caso o Judiciário ficará responsável por quaisquer danos, sejam estes de qual natureza forem, decorrentes da utilização ou da impossibilidade de utilização deste serviço online.

Utilização de Provedores Terceiros

- O Judiciário poderá contratar provedores de serviços terceiros para poder processar os pagamentos efetuados através deste website sem lhe dar comunicação.
- A aceitar estes termos e condições abaixo, você concorda que todos estes termos são válidos em benefício destes terceiros.
- Quaisquer terceiros com quem o Judiciário contratar para prover serviços em relação a este website ou serviços correlatos ficarão obrigados a proteger a confidencialidade de quaisquer e todas as informações que forem fornecidas voluntariamente por você, de acordo com a política de privacidade abaixo.

Política de Restituição

- Este sistema de processamento de pagamentos não permitirá que sejam feitos pagamentos em excesso em um processo em especial ou conta de advogado, porém, na medida em que o pagamento for aplicado ao processo, parte ou conta de advogado errados será processada uma restituição mediante o recebimento e a verificação de uma comunicação por escrito de tal pagamento incorreto (cuja comunicação deverá incluir o número de processo ou a conta de advogado corretos, a quantia do pagamento, número do processo, a conta de advogado para as quais o pagamento tiver sido incorretamente aplicado assim como a data na qual o pagamento incorreto tiver sido efetuado, o número do recibo e o nome e endereço do titular do cartão de crédito/conta corrente) apresentados dentro de 90 (noventa) dias a contar data do pagamento incorreto para o Escritório de Finanças e Orçamento do Supremo Tribunal, ao Diretor, no endereço 250 Benefit Street, Providence, RI 02903. O Escritório de Finanças e Orçamento do Supremo Tribunal assegurará que o pagamento seja aplicado ao processo correto no sistema de administração de processos ou conta de advogado, dentro de 5 (cinco) dias úteis da comprovação pelo Escritório de Finanças e Orçamento do Supremo Tribunal de tal pagamento incorreto.
- Caso tal pagamento incorreto resulte em pagamento em excesso no processo correto ou conta de advogado correta, será emitida uma restituição (menos a taxa de processamento) para a parte pagadora contanto que não existam outras obrigações pendentes devidas para o judiciário pela parte que estiver apresentando o pagamento. Será emitido e enviado a você um cheque. As restituições serão processadas em até 5 (cinco) dias úteis a partir da comprovação do pagamento em excesso pelo Escritório de Finanças e Orçamento do Supremo Tribunal.

Política de Privacidade

- Na utilização deste serviço, poderão lhe ser solicitadas determinadas informações de identificação para poder comprovar e processar as suas transações.
- O Judiciário faz todos os esforços para manter a privacidade das informações confidenciais ou identificáveis pessoalmente que estiverem sob a sua posse.
- O Judiciário e qualquer terceiro com o qual o Judiciário contratar para fornecer serviços de processamento de pagamentos deterão e manterão todas as informações confidenciais e pessoalmente identificáveis no mais absoluto sigilo.
- O acesso a tais informações ficará cuidadosamente restrito aos funcionários e terceiros que necessitem ter acesso às mesmas para poder processar as suas transações.
- Quaisquer terceiros afiliados fornecedores de serviços ficam proibidos de publicar, copiar, reproduzir, vender, ceder, licenciar, comercializar, transferir, dar ou de outra maneira revelar para outros ou permitir o uso por outros de tais informações pessoalmente identificáveis a não ser que seja obrigado por lei.

EU ACEITO

EU RECUSO